



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 31/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E UM DIAS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca.-----

-----Não estiveram presentes na reunião os Vereadores Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes, eleitos pelo PS, por motivo profissional, tendo a Câmara considerado justificadas as faltas.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 07/12/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O Senhor Presidente informou ainda o ponto da situação das pontes do Criz no Concelho e da Barragem do Lapão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria n.º. 240 referente ao dia vinte do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes vinte e três (23) ofícios, datados 20 de dezembro corrente, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 16 do corrente mês, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por maioria com treze (13) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo PPD/PSD e dois (2) do Grupo do PS, e quinze (15) abstenções, sendo treze (13) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, o Orçamento Municipal para o ano de 2017.-----

-----Aprovou por maioria com treze (13) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo PPD/PSD e dois (2) do Grupo do PS, e quinze (15) abstenções, sendo treze (13) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, as Opções do Plano para o ano de 2017.-----

-----Aprovou por maioria com vinte e seis (26) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) do Grupo do PS, e duas (2) abstenções CDS-PP o Mapa de Pessoal para o ano de 2017.-----

-----Aprovou por maioria com vinte e seis (26) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) do Grupo do PS, e duas (2) abstenções CDS-PP, a transferência de verbas para as Freguesias (alínea j) do n.º. 1 do art.º. 25º., Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Aprovou por unanimidade o Aumento Excecional de Fundos Disponíveis – Lei 8/2012, de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

- 21 de Fevereiro/Saldo da Gerência Anterior.-----
- Aprovou por maioria com vinte e seis (26) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) do Grupo do PS, e duas (2) abstenções CDS-PP, o Abono de Despesas de Representação dos Dirigentes Municipais, de acordo com o disposto no artigo 24º. da Lei 49/2012, de 29 de Agosto.-----
- Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia Genérica à Assunção de Compromissos Plurianuais – Lei dos Compromissos.-----
- Aprovou por maioria com vinte e seis (26) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo do PPD/PSD e quinze (15) do Grupo do PS, e duas (2) abstenções CDS-PP, a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Requalificação do centro de Saúde.-----
- Aprovou por maioria com vinte e três (23) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo PPD/PSD e doze (12) do Grupo do PS, e cinco (5) abstenções, sendo três (3) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação do Prazo de Execução da Empreitada de Construção da Casa Mortuária de Vale de Açores.-----
- Aprovou por maioria com catorze (14) votos a favor, sendo onze (11) do Grupo PPD/PSD e três (3) do Grupo do PS, e catorze (14) abstenções, sendo doze (12) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, a Autorização Prévia de Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação de Execução de Prazo da Empreitada da 1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----
- Aprovou por unanimidade a Autorização para Abertura do Procedimento Concurso Público para adjudicação da empreitada da 2ª. Fase das Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----
- Aprovou por maioria com onze (11) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo PPD/PSD e um (1) do Grupo do PS, e dezasseis (16) abstenções, sendo catorze (14) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM - Lugar do Plano – Gestão do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Território e Cultura, Ld^a.-----

-----Aprovou por maioria com onze (11) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo PPD/PSD e um (1) do Grupo do PS, e dezasseis (16) abstenções, sendo catorze (14) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP, a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório Avaliação Ambiental Estratégica - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a. -----

-----Aprovou por maioria com onze (11) votos a favor, sendo dez (10) do Grupo PPD/PSD e um (1) do Grupo do PS, e dezasseis (16) abstenções, sendo catorze (14) do Grupo do PS e duas (2) do CDS-PP a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso Plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração e Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ld^a.-----

-----Aprovou por unanimidade a Alteração da Repartição de Encargos de Compromisso plurianual Prestação de Serviços para a Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga e Parque Verde – Criação de percurso pedestre entre o Barril e Parque Verde.-----

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévio de Compromisso Plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Energia Elétrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT) do Município de Mortágua ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade Promovido pela CIM-CR.-----

-----Aprovou por unanimidade a Autorização Prévio de Compromisso Plurianual relativo ao Fornecimento Contínuo de Combustíveis ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Promovido pela CIM-CR. -----

-----Aprovou por unanimidade Ratificar a deliberação da Reunião de Câmara de 16/11/2016 de Gratuidade do Fornecimento de Refeições no Ensino Pré-Escolar e no 1º. Ciclo do Ensino Básico Públicos.-----

-----Aprovou por unanimidade que o Município seja Fundador da Constituição da Associação Caminhos de Fátima. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Marisa Fernandes da Silva e Carlos Henrique Fernandes Batista da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor oitocentos e cinquenta e quatro euros e oitenta centimos (854,80 €) e da TMU de duzentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e três centimos (264,53 €), do processo nº01/2016/58 - Construção Nova - Habitação, na Rua da Escola, Marmeleira, Freguesia de Marmeleira.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Fábio Alexandre da Silva Pereira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e oito centimos (654,88€9 referente ao processo nº01/2016/22 - Ampliação de Habitação, na Rua Principal, 12, Sobrosa, Freguesia de Espinho.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento a Jorge Manuel Rodrigues Neves da taxa de licenciamento no valor de no valor de mil cento e cinquenta e sete euros e setenta e cinco centimos (1.157,75 €) e de TMU no valor de duzentos e vinte e seis euros e um centimo (226,01 €), referente ao processo nº. 01/2016/96 Construção nova – habitação, sita em Anceiro, Freguesia de Espinho, Concelho de Mortágua. -----

----Aprovou por unanimidade a concessão a Marco Ferreira Couceiro a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de dois mil quatrocentos e vinte e nove euros e trinta e quatro centimos (2.429,34 €) e da TMU de duzentos e setenta e três euros e cinquenta e quatro centimos (273,54 €), referente ao processo nº. 01/2016/12- Construção Nova – Habitação e Muro de Vedação, na Rua da Costeira, em Pinheiro, Freguesia da Marmeleira.----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-EDUCAÇÃO:-----

5.1.1.-Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 – Aprovação de Candidatura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 14058/2016, de 2016/12/06, da DGESTE – Direção de Serviços da Região Centro, a informar que, considerando que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Município celebrou com o Ministério da Educação contrato de execução relativo à transferência de competências para os Municípios em matéria da educação, o montante global previsional da comparticipação financeira a prestar no âmbito da Candidatura de Apoio Financeiro às Atividades de Enriquecimento Curricular 2016/2017 corresponde a trinta e um mil setecentos e dez euros (31.710,00 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Incentivo à Natalidade e Apoio à Família – Ratificação do Processo nº. 60/2016:--

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura nº.60/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO :-----

6.1.1.- Atividades Culturais Desportivas Recreativas :-----

6.1.1.1.-Agrupamento de Escuteiros 1241 de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente o pedido de apoio financeiro, remetido pelo Agrupamento de Escuteiros 1241 para a execução de obras de melhoramento e conservação no seu edifício sede, sito na ex-Escola Primária da Gândara, e no edifício da ex-escola primária de Cerdeira que serve de campo escola, bem como para as atividades regulares que desenvolvem, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta entidade desempenha relevante papel na educação/formação pessoal e cívica e ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do concelho, e no desenvolvimento de ações natureza social e cultural junto da população do concelho.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que a organização daquele Agrupamento de Escuteiros é composta por quatro seções (lobitos, exploradores, pioneiros e caminheiros), que integram 95 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 22 anos, e ainda 22 dirigentes.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00€ para apoio à realização de obras de melhoramento e conservação nos edifícios afetos à sua atividade, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.2.-Associação Cultural Recreativa e Social do Coval:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Associação Cultural, Recreativa e Social do Coval para apoio à construção de espaço coberto para a sua tradicional festa anual, que conforme orçamento que anexa ascende ao montante de 5.117,70 € entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 2.500,00€ para apoio à realização de obras de construção de um espaço coberto no seu recinto de festas, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.3.-Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 12 de dezembro corrente da Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal através da qual dá conhecimento que participou no combate ao incêndio que deflagrou no dia 10 de agosto no território deste Concelho, bem como na prevenção de incêndios florestais durante os meses de verão com a sua viatura, o que provocou uma elevada despesas para aquela associação quer com o combustível, quer com o equipamento.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à sua ação de combate e prevenção de fogos florestais. -----

-----Assim à semelhança do que foi atribuído às Associações que também participaram ativamente na prevenção e combate aos fogos o Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 Proteção Civil, no projeto 2016/5075– Apoio Investimentos Instituições Locais.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

6.1.1.4.-Grupo Desportivo Cultural de Vila Pouca:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Grupo Desportivo Cultural de Vila Pouca para apoio à execução de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edifício sede, entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 8.500,00€ para apoio à realização de obras de melhoramento e beneficiação no seu edifício sede, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.5.- Centro Social Recreativa e Cultural do Riomilheiro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

---- “Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Centro Social Recreativa e Cultural do Riomilheiro para apoio à construção de casas de banho e arrumos junto à Capela do Riomilheiro, que conforme orçamento que anexa ascende ao montante de 6.500,00€ entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00€ para apoio à construção de casas de banho e arrumos junto à Capela do Riomilheiro, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.6.-Centro Desportivo Recreativo Cultural do Meligioso:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Centro Desportivo Recreativo e Cultural do Meligioso para apoio à execução de obras de beneficiação e melhoramentos no seu edificio sede (reparação de casas de banho, pintura, e janelas), que conforme orçamento que anexa ascende ao montante de 6.609,00 € € entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00€ para apoio à realização de obras de melhoramento e beneficiação no seu edifício sede, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

9.1.1.7.-Associação Cultural e Recreativa de Cerdeirinha:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pela Associação Cultural e Recreativa de Cerdeirinha para apoio à execução de obras de manutenção e melhoramentos no seu edifício sede (construção de um muro de suporte de terras, sala de arrumos assentamento de pavé, etc..), que conforme orçamento que anexa ascende ao montante de 19.659,23 € entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Considerando que esta associação têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 8.500,00€ para apoio à realização de obras de manutenção e melhoramentos no seu edifício sede, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.8.-Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio a investimento para equipamento e obras de beneficiação no seu edifício sede, bem como apoio financeiro para desenvolvimento das atividades regulares desta Associação. -----

-----O Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de gente a Mortágua, nomeadamente aquando do Festival de Folclore e Gala Internacional de Folclore.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº. 1 e nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim, proponho a atribuição de subsídio de 5.000,00 € para investimentos e de 700,00 € para despesas correntes, nomeadamente decorrentes à colaboração e apoio nas ações municipais da Expo-Mortágua e “Mortágua nos Caminhos da Batalha do Buçaco” mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras” .-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital), 2016/5031 “Atividades das Associações, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.1.1.9.-Rancho Folclórico Os Unidos de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico Os Unidos de Mortágua, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio a investimento para equipamento e obras de beneficiação no seu edifício sede, nomeadamente da cobertura, que ascende de acordo com o orçamento que anexa a 11.906,00 €. -----

-----O Rancho Folclórico Os Unidos de Mortágua é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

gente a Mortágua, nomeadamente aquando do Festival de Folclore .-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 7.000,00€ para apoio à realização de obras de manutenção e melhoramentos no seu edifício sede, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras”. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--

6.1.1.10.-Rancho Folclórico e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio a investimento para no seu espaço museológico e atividades que desenvolvem regularmente.-----

-----O Rancho Folclórico e Etnográfico “Os Irmânicos” da Marmeleira é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de gente a Mortágua, nomeadamente com as atividades que desenvolvem no seu espaço museológico.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra no nº.1, do artigo 3º. do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 1.000,00€ para apoio ao desenvolvimento de atividades”.-----

Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5031 “Atividades das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

6.2.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS:-----

6.2.1.-Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“ Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja da Freguesia de Mortágua, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para as obras de reparação do telhado e colocação de caleiras da Igreja Matriz de Mortágua, que ascendem ao montante de 14.170,00€.-

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes de Mortágua.-----

-----Considerando que o pedido da Fábrica da Igreja se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00€ para apoio à reparação do telhado da Igreja Matriz da Freguesia de Mortágua, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Apoios a Entidades Terceiras". -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5033 "Const. Conservação Igrejas e Capelas" no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos, (despesas capital)*. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

6.2.2.-Fábrica da Igreja da Freguesia do Sobral/Capela de Póvoa do Sebo:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----"Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Sobral, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para as obras de beneficiação da Capela de Póvoa do Sebo.-----

-----Trata-se de património de cariz religioso tendo sido construída com o esforço das gentes da e Freguesia do Sobral, que empenharam muito do seu tempo e dedicação na edificação deste projeto.-----

-----Considerando que o pedido da Fábrica da Igreja se enquadra no nº.2, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Assim proponho a atribuição de um subsídio no montante de 3.000,00€ para apoio a obras de beneficiação na Capela de Póvoa do Sebo, mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o nº. 1 do art.º 4.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras". -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5033 "Const. Conservação Igrejas e Capelas" no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos, (despesas capital)*. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-TRANSFERÊNCIA PARA AS IPSS - Apoio para Atividades/Investimentos:-----

7.1.1.-Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente ofício referência 280/2016, de 19 de dezembro corrente, da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua dando conhecimento que no corrente ano realizaram investimentos avultados na melhoria dos serviços existentes, nomeadamente lavandaria e economato, e consideração a prática de apoio da Câmara Municipal às Instituições que desenvolvem serviços destinados à população socialmente mais vulneráveis do Concelho solicita o apoio financeiro da autarquia.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que as atividades que a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua vem desenvolvendo na área social são muito importantes para o bem – estar da população e o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Considerando o número de utentes, 313, distribuídos pelas várias valências daquele Instituição, ou seja: 55 em Lar de Idosos; 106 em apoio domiciliário; 34 em Centro de Dia; 39 em Creche; Unidade Cuidados Continuados Integrados – 27; Centro de Atividades Ocupacionais Pessoas Portadores de Deficiência (CAO) – 28; Lar Residencial de Pessoas Portadores de Deficiência - 24, não se contabilizando os serviços de refeição e ATL do Ensino Pré-Escolar e 1º. CEB Protocolados com o Município.-----

-----Considerando que a área de atividade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos/Atividades das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 15.000,00 € para apoio a investimentos

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2016/5035 - Apoio a Investimentos e tem cabimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

no orçamento municipal nas rubricas respetivamente 080701.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

7.1.2.-Centro BALMAR - Fundação de Beneficência e Cultura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que as atividades que o Centro BALMAR vem desenvolvendo na área social são muito importantes para o bem – estar da população e o desenvolvimento do Concelho. Considerando que aquela Fundação tem 104 utentes distribuídos pelas seguintes respostas sociais: 21 utentes no Serviço de Apoio Domiciliário de Idosos 76 utentes no Lar de Idosos, 7 em Centro de Dia.-----

-----Considerando que a área de atividade do Centro BALMAR é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos/Atividades das IPSS” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 1.500,00€ para apoio a investimentos”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2016/5035 - Apoio a Investimentos e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 080701 “Instituições sem Fins Lucrativos.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

7.1.3.-Associação Beira Aguieira de Apoio ao Deficiente Visual Escola de Cães Guia para Cegos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência GED 101/2016, de 19/12/2016, da Associação Beira Aguieira de Apoio ao Deficiente Visual – Escola de Cães – Guia para Cegos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Mortágua informando que da necessidade de realização obras de beneficiação no seu edifício sede (isolamento de paredes e cobertura exterior), e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal, considerando é uma associação de âmbito nacional que concretiza os seus objetivos específicos, através do apoio do Estado e do Município e da contribuição dos seus sócios e da angariação de fundos que vai conseguindo fazer através da realização de diversos tipos de ação.-----

-----Assim, pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é uma Instituição de Solidariedade Social do Concelho, tendo sido esta Câmara Municipal parceira na criação da sua Escola de Cães Guia para Cegos, única no País.-----

-----Considerando que para além do valor inegável na procura de resolução de um problema específico é de realçar aspeto inovador deste projeto e o bom exemplo de solidariedade que é dado pelos parceiros não institucionais, as famílias de acolhimento dos cães, e que se encontram em todos os pontos do País.-----

-----Considerando que a Associação não dispõe de quaisquer recursos financeiros próprios para apoio às despesas inerentes à prossecução dos seus objetivos.-----

-----Considerando que a área de atividade da Associação Beira Agueira de Apoio ao Deficiente Visual é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o “Apoio a investimentos Associações” proponho a atribuição de um subsídio no montante de 7.500,00 € para apoio a investimentos”.-

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas capital).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º do Regulamento Municipi-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

-----Não participou na votação o Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida Rodrigues da Fonseca por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação. -----

7.1.4.-Associação de Jardins Escolas João de Deus:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Jardim Escola João de Deus é uma Instituição de Solidariedade Social do Concelho que tem vindo a desempenhar desde a sua fundação um papel de extrema importância na área social e nomeadamente da educação, contribuindo para a melhoria das condições de vida da comunidade em que se encontra inserido procurando sempre responder às necessidades sentidas pelas famílias.-----

----Considerando que no presente ano tem uma frequência de 70 crianças distribuídas pelas seguintes respostas sociais: 38 na creche; 32 no Jardim de Infância.-----

-----Considerando que a concretização de algumas medidas de promoção e proteção aplicadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, assim como o cumprimento de Programas de Inserção no âmbito do subsídio de Inserção Social somente têm sido possíveis de concretizar em virtude da disponibilidade demonstrada pelo Jardim Escola João Deus, em integrar nas suas valências estas crianças oriundas de famílias de poucos recursos económicos.-----

-----Considerando que a área de atividade do Jardim Escola João de Deus é de manifesto interesse público que se enquadra na alínea d), do nº.1, do artº. 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, e estando inscrita nas Opções do Plano do corrente ano o Atividades das IPSS proponho a atribuição do subsídio no valor de 1.500,00 € para apoio ao funcionamento da resposta social creche”.-----

----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no objetivo 03- Ação Social, Programa 01 – Transferências para as IPSS, o Projeto 2016/5034 - Apoio a Atividades e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 040701 “Instituições sem Fins Lucrativos”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

proposto, mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

8.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

8.1.-BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORTÁGUA – Apoio para investimentos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta refª. D/JM-15/16, de 19/12/2016, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua dando conhecimento de que para se tornar operacional e cumprir as funções para as quais é imprescindível o Veículo de Comando e Comunicações (VCOC) necessita de ser transformada e equipada com diverso equipamento, material informático, de comunicações e planeamento, cujo investimento se estima em doze mil euros (12.000,00 €).-----

-----Assim considerando os investimentos efetuados e a efetuar no decurso de 2016, solicitam a atribuição de um subsídio para apoio à transformação e equipamento do VCOC.-----

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos. -----

-----A despesa cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 PROTEÇÃO CIVIL, programa 003 Apoio a Investimentos dos Bombeiros Voluntários no projeto 2016/5054.-----

-----O Senhor Presidente propôs, considerando ser de extrema importância dotar a nossa Corporação de Bombeiros de meios para cumprir a sua missão de forma ainda mais eficaz e eficiente propôs a atribuição do subsídio de dez mil euros (10.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de dez mil euros (10.000,00 €) a transferir mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

9.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

9.1.1.-Associação de Caça e Pesca de Mortágua – Montarias de Mortágua:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 5 de dezembro corrente, da Associação de Caça e Pesca de Mortágua a dar conhecimento da realização nos dias 21 de janeiro, 12 e 25 de fevereiro das Montaria de Mortágua 2017, e nos dias 18 de dezembro e 8 de janeiro de batidas à raposa e saca-rabos e solicitando o apoio financeiro do Município para minimizar as despesas inerentes.-----

----Assim, e atendendo à importância que representam eventos desta natureza para o Concelho e Região o Senhor Presidente propôs que o Município apoiasse a Montaria e a batida com atribuição de um subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no projeto 2016/50356, ação 08 – Apoio Iniciativas de Outras Instituições.-----

----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.

----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o nº.2 do artigo 4º.-----

9.2. EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

9.2.1.-Empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira - Prorrogação de Execução de Prazo da Empreitada:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

-----“Considerando que foi presente à Reunião de Câmara de 07/12/2016 o pedido do adjudicatário da empreitada acima referida apresentou em 6/12/2016 de concessão de prorrogação de prazo por mais 90 dias, para a execução da obra, terminado assim em 1 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

abril de 2017.-----

----Considerando que a aprovação da prorrogação carecia da autorização prévia da Assembleia Municipal de Mortágua para assunção de compromisso plurianual uma vez que a empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2016 e 2017.-----

----- Considerando que a Assembleia Municipal de Mortágua em sessão de 16/12/2016, no seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 07/12/2016, aprovou, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de Fevereiro e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 e Junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, autorizar o compromisso plurianual subjacente à alteração de prazo de execução da obra da seguinte: Ano de 2016 – 423.326,79 €, Ano 2017 –305.658,82 €.-----

-----Proponho que, de acordo com os fundamentos constantes na deliberação da Reunião de Câmara de 07/12/2016, seja concedida a prorrogação de prazo por mais 90 dias para a execução da empreitada de Execução da 1ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

9.2.2.-2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira - Abertura do concurso Público para adjudicação da empreitada :-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que a Assembleia Municipal de Mortágua na sua sessão ordinária realizada em 16/12/2016 a autorizou a abertura de procedimento de concurso público para execução da 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, uma vez que constitui encargo orçamental em ano que não é o da sua realização (a despesa ocorrerá durante o próximo ano de 2017), em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos termos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

anteriormente explicitados (ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), bem como a autorização da assunção do consequente compromisso para o ano económico de 2017, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.---

-----Proponho que a Câmara mande proceder à abertura do respetivo procedimento do concurso público nos termos da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 07/12/2016.”---

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.

10.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

10.1.-EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE-Ratificação de Despacho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para efeitos de ratificação, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, o seu Despacho, datado de 20/10/2016, que a seguir se transcreve:-----

----- “ DESPACHO:-----

-----**ASSUNTO:** Empreitada de Requalificação e Valorização das Margens da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre em Mortágua Entre a Ponte do Barril e o Parque Verde.

-----Considerando a empreitada supramencionada adjudicada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 4/10/2016 à empresa Edibest, Engenharia e Construção, Lda.-----

-----Considerando que o Órgão competente para decidir assuntos relacionados com a aquela empreitada é a Câmara.-----

-----Considerando a urgência na tramitação de todo o processo e do normal andamento dos trabalhos, no uso das competência que me é conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, determino: -----

-----1-Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Plano de Segurança e Saúde da obra de “Requalificação e Valorização das Margens



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da Ribeira da Fraga – Criação de Percurso Pedestre em Mortágua Entre a Ponte do Barril e o Parque Verde”.

----- 2.-Nomear, para efeitos nos nº. 2 e 3 do artigo 9º. do Decreto – Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte como Coordenador de Segurança em Obra.

-----3.-Nomear como representante do dono da obra o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, para efeitos do artigo 344º. do CCP.

-----À Reunião de Câmara para RATIFICAÇÃO. “-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade ratificar o despacho.-

11.-ADMINISTRAÇÃO:

11.1.-TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU – SENTENÇA DO PROCESSO 430/12.5BEVIS-A:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 004499888, de 02/12/2016 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu a notificar a Câmara Municipal do teor da decisão da sentença sobre o processo supra identificado em que o Autor Alcino Rodrigues de Almeida veio intentar Ação Especial contra o Município de Mortágua para anulação da decisão que ordenou a demolição/desmontagem de uma vedação metálica lacada.

-----A decisão da sentença julga extinta a instância por inutilidade superveniente da lide, nos termos do artigo 277º. Alínea e) do CPC, aplicável “ex vi” artigo 1º. do CPTA, e condena em custas o Autor.

-----A Câmara tomou conhecimento.

11.2.-ESCALAS DE TURNO DAS FARMÁCIAS PARA O ANO CIVIL DE 2017:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico datado de 30/11/2016, da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, a remeter para análise e parecer, conforme no Decreto – Lei nº. 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 7/2011, de 10 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº.172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3º.,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nº.1 da Portaria 277/2012, de 12 de setembro, um exemplar da proposta de das escala de turnos das farmácias para o ano de 2017 dos Distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à escala de turnos das Farmácias deste Concelho.-----

11.3.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA-ORDENAÇÃO Nº. 241/2016 DA GNR – CONTRAVENÇÃO AO DEC.LEI Nº. 313/2003, DE 17 DE DEZEMBRO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 241//2016 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Urbano de Almeida Rosa, residente na Rua do Cruzeiro, nº.2, Póvoa, 3450 – 440 Vale de Remígio por ter verificado no dia 29/11/2016 a patrulha, no âmbito do serviço de proteção da natureza e ambiente, na habitação sita na Rua do Cruzeiro, nº.2, Póvoa, 3450 – 440 Vale de Remígio a existência de 4 cães adultos e 4 crias, sem possuírem a identificação eletrónica (CHIP) o que constitui infração ao disposto no nº.1 do artigo 2º. do Decreto-Lei nº. 313/2013, de 14 de dezembro, alterado pela Lei nº.49/2007, de 31 de agosto , punível pelo nº.1 do artigo 19º. .do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de cinquenta euros (50,00 €) a três mil quatrocentos e quarenta euros (3.440,00 €) por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, nos termos do nº.1 do artigo 21º. do Decreto- Lei nº. 313/2013, de 14 de dezembro, alterado pela Lei nº.49/2007, de 31 de agosto, nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

11.4-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei nº. 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1, do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Reforço de despesas de capital – sessenta mil euros (60.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – sessenta mil euros (60.000,00 €);-----

-----Reforço de despesas correntes – oitenta e quatro mil e trezentos euros (84.300,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – oitenta e quatro mil e trezentos euros (84.300,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

11.4.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do 33º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Anulação Financiamento definido – sessenta mil euros (60.000,00 €).-----

-----Reforço de Financiamento definido – sessenta mil euros (60.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

12.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

12.1. REQUERIMENTO N.º.812/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º. 01/2016/10 – CONSTRUÇÃO DE OFICINA DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o número 01/2016/812 de Rui Duarte, Unipessoal, Lda. , com sede na Travessa da Rua Azenha, Vila Meã, 3450 – 347 Sobral, a requerer, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

licenciamento no valor mil e vinte e oito euros e trinta cêntimos (1.028,30 €) e de TMU no valor de duzentos e setenta e seis mil e cinquenta e dois cêntimos (276,52€), referente ao Processo número 01/2016/10, de construção de Oficina de Reparação Automóvel.-----

-----Conforme o previsto na alínea b) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “Às empresas que criem no mínimo 5 postos de trabalho.”-----

-----De acordo com Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão a Rui Duarte, Unipessoal, Lda. da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor mil e vinte e oito euros e trinta cêntimos (1.028,30 €) e de TMU no valor de duzentos e setenta e seis mil e cinquenta e dois cêntimos (276,52€), referente ao Processo número 01/2016/10, de construção de Oficina de Reparação Automóvel.-----

12.2.-CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES

12.2.1.-De Elza Maria Rodrigues:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) nº. 10.2016/55, de Elza Maria Rodrigues, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Joaquim Rodrigues, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Pala com o artigo 9429, no local denominado “Marreca”, sito em Pala, Freguesia de Pala com a área de 0,260000 há, a solicitar a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Elza Maria Rodrigues, Flora Maria Rodrigues e Manuela Pereira Rodrigues.-----

-----b) nº. 10.2016/56, de Elza Maria Rodrigues, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Joaquim Rodrigues, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Pala com o artigo 8142 no local denominado “Lameirões”, sito em Pala, Freguesia de Pala com a área de 0,4.930 m2, a solicitar a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Flora Maria Rodrigues e Manuela Pereira Rodrigues.-nº. 10.2016/57, de, na qualidade de cabeça de casal da herança por óbito de Joaquim Rodrigues, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Pala com o artigo 7591 no local denominado “Costa da Tapada”, sito em Pala, Freguesia de Pala a com a área de 2820 m2 e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Elza Maria Rodrigues, Flora Maria Rodrigues.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

12.3.-EDIFICAÇÃO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

12.3.1.-Processo nº. 08/2015/1:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Processo Nº. 08/2015, de edificação em mau estado de conservação sito na Rua de Santa Luzia, Freixo, Mortágua, de propriedade de Maria Olinda Gonçalves Barbosa, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, nº 6, Mortágua, no seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 04/05/2016 que prorrogou o prazo, para mais cento e oitenta (180) dias, para a execução de obras na edificação, acompanhado do Parecer Técnico emitido, em 02/12/2016, pelo Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território que conclui e propõe o seguinte:-----

-----“Porque nos parece ter sido cumprida apenas uma das intervenções constantes da carta da proprietária de 27/04/2016 (fl.18) proponho à Câmara Municipal a realização de nova vistoria para que seja verificada a “ recuperação de pavimentos e tetos; substituição de vãos exteriores; rebocos e massas finas” e ainda quaisquer outras situações de insegurança, insalubridade ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

perigosidade pública para o núcleo urbano onde se insere.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade mandar proceder a nova vistoria de avaliação dos trabalhos executados.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim
e pelo Senhor Presidente.-----

Secretário do Órgão